

DAS JORNADAS DE JUNHO/2013 À ELEIÇÃO DA “FRENTE AMPLA” /2022: A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA E AS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS DE ESQUERDA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-154>

Data de submissão: 15/03/2025

Data de publicação: 15/04/2025

Paulo Roberto de Sena Júnior

Graduado em Ciências Sociais (Bacharelado/Licenciatura), com área de concentração em Ciência Política – (UFPA/IFCH), Mestre em Ciência Política, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política-UFPA (PPGCP/UFPA) e Doutorando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFPA (PPGSS/UFPA)
E-mail: paulosena_1986@yahoo.com.br

Jean François Yves Deluchey

Doutor em Ciência Política / Políticas Públicas pela Univ. da Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA), docente da Faculdade de Serviço Social (FASS/ICSA), do PPG em Direito (PPGD-ICJ), e do PPG em Serviço Social (PPGSS-ICSA). Pós-Doutor em Filosofia e Sociologia pela Université Paris-Nanterre (Sophiapol), e em Direito pela PUC-Rio. Co-líder do grupo de pesquisa CNPq CESIP- MARGEAR (Grupo de Estudos sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia). Pesquisador-membro do GENA (Grupo internacional de Estudos sobre Neoliberalismo e Alternativas; Sophiapol, Univ. Paris Nanterre), e tem experiência de pesquisa com o IPEA (Brasília), a fundação Gerda Henkel Stiftung (Dusseldorf/Alemanha) e o LE STUDIUM Loire Valley Institute for Advanced Studies (Tours/França)
E-mail: jfdeluchey@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa analisa as táticas e estratégias da esquerda e seus partidos políticos na arena democrática brasileira entre as “Jornadas de Junho” /2013 e as Eleições gerais em Outubro/2022. É desafiador escrever sobre as categorias Democracia e Partidos Políticos de esquerda nos âmbitos marxiano e marxistas, na atualidade, em virtude do processo de erosão dos direitos e liberdades democráticas em curso no mundo, especificamente no Brasil. Por diversas vezes e em países muito distintos, esse processo tem colocado em xeque não apenas as instituições democráticas existentes e a ideia de Democracia, mas afeta também os partidos de programas e tradição de esquerda, na capacidade de endereçar os problemas do mundo contemporâneo, e propor novas alternativas ao status quo. Nesse trabalho delinearemos sobre as características fundamentais da Democracia Liberal e os elementos que constituem sua crise de legitimidade no mundo contemporâneo e no Brasil, além de explicitar as táticas e estratégias dos Partidos Políticos de Esquerda no país, tomando como marco temporal o período das Jornadas de Junho/2013 à 3ª vitória de Luís Inácio Lula da Silva e a “Frente Ampla” encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao executivo brasileiro em 2022. O referencial teórico metodológico que será utilizado nessa pesquisa se baseia na teoria marxiana de compreensão da realidade, tendo como parâmetro a divisão da sociedade em classes sociais em conflito e esmiuçando as categorias Democracia e Partidos Políticos de Esquerda, além de auxiliar na contextualização histórica das transformações políticas que ocorreram no período de Junho/2013 à Dezembro/2022.

Palavras-chave: Democracia. Partidos Políticos de Esquerda. Táticas. Estratégias.

1 INTRODUÇÃO

É desafiador escrever sobre o papel dos partidos de esquerda e a esperança, que trazem (ou traziam), de que a mazelas estruturais da sociedade capitalista se “desmanchariam no ar”. O desafio já existia em outros momentos históricos, dada a amplitude das categorias Democracia, Partidos Políticos de esquerda, táticas e estratégias nos âmbitos marxiano e marxistas. Tal desafio se faz, todavia, ainda mais acentuado na atualidade, em virtude do processo de erosão dos direitos e liberdades democráticas em curso no mundo, especificamente no Brasil. Por diversas vezes e em países muito distintos, esse processo tem colocado em xeque não apenas as instituições democráticas existentes e a ideia de Democracia, mas afeta também os partidos de programas e tradição de esquerda, na capacidade de endereçar os problemas do mundo contemporâneo, e propor novas alternativas ao status quo.

A escolha da investigação desta temática se faz necessária para que se vislumbre as possibilidades e as ações políticas da classe que vive do trabalho, pois uma estratégia revolucionária não pode prescindir do conhecimento da engenharia democrática e de sua forma política e organizativa, considerando que é necessário uma organização que se crie as condições para o desenvolvimento de uma proposta, programa ou alternativa de projeto ao capitalismo. E para essa árdua tarefa, é necessário tempo, pesquisa, conhecimento da totalidade e da particularidade, e ter em mente que esta este trabalho de pesquisa só terá seu sentido acadêmico e político, se for enriquecido com a prática social, das opiniões e sugestões dos atores sociais, pois uma sociedade alternativa ao capital deve ser construída democratizando o debate e as demandas com o proletariado, e não ser decretado de cima para baixo.

Nesse sentido, este artigo terá a insígnia de analisar os limites e possibilidades da esquerda e seus partidos na arena democrática brasileira entre Junho/2013 e Dezembro/2022, entre estar na oposição e administrar o executivo federal. Verificar os zig-zags das organizações de esquerda e as mudanças de percurso nos seus programas e ações políticas, nos auxiliará a entender a essência e a aparência de fenômenos, em meio ao avanço político quanti-qualitativo da extrema direita e do conservadorismo; a ascensão de um político carreirista, sem expressão parlamentar, que passa a ser o autêntico “representante das classes populares” a partir de soluções simplistas, reducionistas e negacionistas, explorando nuances crescente de sentimento antipetista e antiesquerda; a deterioração das relações institucionais entre os 3 (três) poderes da República, entre outros. Sentimento este que foi fortemente funcionalizado diante da conjuntura de crise econômica e de seus efeitos sociais.

2 A “TORMENTA” QUE ABALA A DEMOCRACIA LIBERAL BRASILEIRA E OS PARTIDOS DE ESQUERDA NO “OLHO DO FURACÃO”: DAS JORNADAS DE JUNHO/2013 ÀO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEF (PT)/2016

Refletir sobre a democracia contemporânea como se ela fosse inerte as violações a que tem sido submetidas denuncia de pronto a insuficiência da análise.

Ela ostenta uma quantidade de interrupções e impedimentos que carregam uma cicatriz profunda no rearranjo político do país, afetando principalmente as organizações de esquerda e os movimentos sociais. Os últimos quase 15 anos foram efervescentes, do ponto de vista da instabilidade econômica, política, social e institucional, assim como as respostas das organizações do espectro da esquerda, a partir de suas táticas, estratégias e agendas no contexto da luta de classes.

Dilma Rousseff (PT), embarcando na alta popularidade dos mandatados de Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), foi eleita para um terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores, em meio as consequências da crise internacional de 2007-2008, a chamada “bolha imobiliária Norte-Americana”. Segundo Santos (2019), o contexto de soma de expansão da riqueza (período em todos os grupos sociais são beneficiados, ainda que alguns mais que os outros) estava em transição para um cenário de soma-estagnada (tendência de congelamento do perfil social de distribuição de riqueza) e de soma negativa (alguns grupos sociais reduziriam o ritmo de apropriação da renda gerada).

Coggiola (2019) chama a atenção para os índices da crise econômica no Brasil e o aguçamento da luta de classes no período pré-Jornadas de Junho/2013, vindoura de uma junção entre contingenciamento no orçamento para áreas estratégicas, queda dos índices econômicos e manutenção da “cartilha” sobre a vigência do pagamento da Dívida Pública. O PIB (Produto Interno Bruto) reduziu de 4,5% em 2011, para 1% em 2012, principalmente devido a queda no setor de serviços, em particular da intermediação financeira, como consequência da redução das taxas de juros. O saldo comercial nesse mesmo período reduziu de U\$\$ 31,3 bilhões em novembro de 2011, para U\$\$ 23,9 bilhões em junho de 2012. “O governo federal destinou dois terços dos recursos gastos em 2013 para pagamento de juros e amortizações da dívida: estavam previstos R\$ 900 bilhões para a dívida pública, 20% a mais do que os R\$ 753 bilhões gastos no ano precedente”. (IBIDEM: 149).

Osvaldo Coggiola analisou também, as consequências da crise econômica para o mundo do trabalho e sua organização sindical e política. Entre 2012 e 2013, a quantidade de greves no Brasil atingiu um novo patamar, comparável ao final dos anos 1970 e início de 1980, segundo apontou o DIEESE. A greve do funcionalismo Federal em 2012 (encabeçada pelos sindicatos ANDES, FASUBRA e SINASEFE), que paralisou 58 das 59 universidades, promoveu massivas passeatas e jornadas de lutas em Brasília. Os auditores fiscais paralisaram por um reajuste salarial de 30%. Greves

chegaram a paralisar o polo industrial de Manaus e o trabalho de servidores da Polícia Federal. Destaque também para o setor privado, onde os trabalhadores reagiram com paralisações e greves em setores de metalúrgicos (trabalhadores da General Motors no ABC Paulista e em São José dos Campos – SP), e na Eletrobrás (FURNAS, CHESF, ELETRO NORTE, ELETROSUL e outras dez empresas), contestando os efeitos da Reforma Trabalhista “fatiada”, que já previa a “demissão voluntária” e a inserção do “banco de horas”¹.

Os indicadores macro e microeconômicos estavam se deteriorando, assim como a popularidade de Dilma Rousseff, e deu mostras das entranhas do Regime democrático brasileiro, em suas nuances sociais e políticas. A crise social foi explicitada a partir das mobilizações contra o aumento da tarifa dos transportes em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 2013, e agregou posteriormente, reivindicações relacionadas aos serviços de saúde e educação, além de bandeiras anticorrupção e a denúncia da “farra” da gastança do dinheiro público para a preparação da Copa do Mundo de 2014 e da violenta ação policial contra as manifestações. Essas demandas da agenda social básica brasileira, juntamente com o aprofundamento das mobilizações, desferiram o início da maior crise política que a Nova República perpassa, ainda sem conclusão, e que afetou diretamente o funcionamento das instituições democráticas, ora com ênfase nas esferas representativas (Executivo e Legislativo), ora nas esferas não representativas (Judiciário e Forças Armadas). (BIONDI, 2021).

Nesse sentido, várias eram as organizações que tentavam hegemonizar as pautas das manifestações. Buzetto (2013) e Calil (2013) identificaram as organizações no espectro da esquerda, que estavam presentes desde o início: o Partido Comunista Revolucionário (PCR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Além destes também foi possível encontrar membros de tendências que atuam dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), o Polo Comunista Luís Carlos Prestes e a Consulta Popular. No entanto, com a nacionalização das passeatas, o surgimento e avanço de bandeiras claramente de direita, “contra o PT”, “contra o comunismo”, defesa sumária da volta da ditadura militar, o rechaço a “bandeira vermelha” nos protestos e a sistemática criminalização dos movimentos sociais por parte da grande mídia, acuaram a esquerda em sua atuação, e ao arrefecer os protestos já em fins de junho, essas organizações não conseguiram lograr uma polarização com a ascendente direita “parida” das jornadas.

Entretanto, a tentativa de demonstrar força e organização foi tardia. No mês seguinte, em 11 de julho, houve uma convocação chamada de “Dia nacional de mobilização”, e foi controversa, pois envolveu Centrais sindicais de oposição ao Governo Federal (CSP-Conlutas e Intersindical), e Centrais

¹ IBIDEM: 149-159.

governistas atreladas ao projeto petista (Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, vinculada ao PCdoB; e pelas centrais sindicais tradicionalmente associadas ao sindicalismo de conciliação de classes (Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores, Nova Central Sindical dos Trabalhadores, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e Central do Sindicatos Brasileiros). Para Calil (2013), a participação de centrais sindicais governistas foi o upgrade para que a grande mídia explorasse e influenciasse a opinião pública, correlacionando o movimento com a defesa do governo petista, além de stigmas como a associação à práticas sindicais corruptas e ao clientelismo, acentuando a despolitização e confusão no seio da classe trabalhadora, além de denúncias sobre a presença de “militantes” que foram pagos para participarem das manifestações.

Ainda em 2014, se avizinhava as eleições gerais, em que a presidente Dilma Rousseff tentava a reeleição, em um contexto bem desfavorável com relação as outras três eleições anteriores, vencidas por Lula e por ela mesma. A direita avançava rapidamente, com uma rápida ideologização e politização da agenda nacional, usurpando as bandeiras anti-institucionais, antiparlamentares e mesmo antissistêmicas, passando a lhe atribuir um valor ultraconservador. (ANTUNES, 2022). A esquerda encontrava-se “zonza” ainda, sob efeitos das Jornadas de Junho/2013, e se articulava entre os partidos políticos que atuavam na oposição petista, com pouca inserção parlamentar, mas ainda com enraizamento sindical (urbano e rural), na juventude e em movimentos populares. Chegado a hora do processo eleitoral de 2014, a presidente Dilma Rousseff buscava a reeleição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), polarizando pela 6ª vez a disputa com a candidatura do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB), o mineiro Aécio Neves. A esquerda estava fragmentada, não reeditando a “Frente de Esquerda/PSOL-PSTU-PCB” que alçou a 3ª colocação em 2006, quando a época foi encabeçada por Heloísa Helena (PSOL), que angariou mais de 6,5 milhões de votos, equivalente a 6,85% dos votos válidos. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) lançou a candidatura da ex-deputada federal Luciana Genro à presidência, visto que o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) registrou o metalúrgico José Maria de Almeida; enquanto que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) disputou o pleito com o professor Mauro Iasi; e o Partido da Causa Operária (PCO), que estava representado por Rui Costa Pimenta, mas teve a candidatura indeferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ao longo da campanha, sendo liberada sub judice até o fim do pleito.

A candidata do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) fez a sua campanha em eixos como economia, financiamento de campanha, questões de costumes (Legalizações do Aborto e da Desriminalização da Maconha) e a Dívida Pública Brasileira. Em entrevista ao Portal UOL, em

conjunto com o programa “Poder e Política”, da Folha de São Paulo, em 22 de junho de 2014², a ex-deputada enfatizou a importância do financiamento público paritário das campanhas, defendendo o fim de seu financiamento privado e ao não recebimento de doações de empresas multinacionais, bancos e empreiteiras. Além disso, defendeu a Desriminalização do aborto e da maconha, onde o Estado, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) acolha as gestantes, mediante a um programa de acompanhamento e tratamento seguro e gratuito, e que estimule um diálogo aberto e democrático com a população sobre métodos contraceptivos e planejamento familiar, além da proposta de auditoria da dívida, a exemplo do que ocorreu no Equador. Para Genro, a auditoria é necessária para que se possa destinar os recursos a população, “(...) preservando os interesses de pequenos poupadore, dos trabalhadores que têm seu dinheiro nos fundos de pensão, e buscando uma renegociação a partir dessa auditoria”. (IBIDEM, 2014).

Seguindo a análise da política eleitoral dos partidos de esquerda nas eleições gerais de 2014, José Maria de Almeida representou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) pela quarta vez, com uma plataforma política que vislumbra a estatização do sistema do sistema financeiro, a suspensão do pagamento da dívida pública, o financiamento público das campanhas eleitorais e o programa da revolução socialista. Ao ser entrevistado pelo portal UOL, através do jornalista Guilherme Balza, em 01 de Agosto de 2014³, “Zé Maria” afirmou que a moratória da Dívida Pública brasileira e a estatização do sistema financeiro tem o objetivo de inverter prioridades: o de financiar e direcionar políticas públicas para a construção de moradias, escolas, hospitais, a produção de alimentos, obras de infraestrutura e oferecer crédito barato à população. Todo esse arcabouço precisa estar vinculado ao término do que chama de “privilégio das grandes empresas”, findando subsídios fiscais das multinacionais, como as montadoras de veículos, com uma política progressiva de “redução da jornada de trabalho, garantiria salário e aposentadoria aos índices dos valores calculados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Ainda segundo o candidato do PSTU, o financiamento público de campanha tem que ser acompanhado pela isonomia dos espaços de debate em campanhas eleitorais. Segundo ele, é inadmissível que uma empresa de televisão como a Rede Globo, que tem uma concessão pública, oferece mais espaços de visualização jornalísticas a 2 ou 3 candidaturas mais bem posicionadas em pesquisas eleitorais. Além disso, mesmo sabendo que tem poucas chances de ganhar a eleição, a sua

² “Leia a transcrição da entrevista de Luciana Genro ao Uol e a Folha”. Ver mais em <<<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/06/24/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-luciana-genro-ao-uol-e-a-folha.htm>>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

³ Ver mais em Zé Maria (PSTU) defende salário mínimo a políticos e estatização de bancos. Disponível em <<<https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/08/01/ze-maria-pstu-defende-salario-minimo-a-politicos-e-estatizacao-de-bancos.htm>>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

organização política participa do pleito eleitoral com o intuito de divulgar e debater o programa político socialista.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou a candidatura à presidência da República, o professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mauro Iasi, que apresentou uma agenda com eixos econômicos, políticos, a questão das agendas identitárias e a debate do programa socialista. Em entrevista ao site “O Viés”⁴, as vésperas do 1º turno do pleito, o candidato do PCB centra suas propostas no que ele denomina de “poder popular”, que seria utilizar as ferramentas necessárias na luta de classes para o convencimento político e a mobilização permanente dos segmentos que compõe a classe que vive do trabalho, e que lutam por seus direitos: trabalhadores urbanos e rurais, da juventude, mulheres, negros, homossexuais, índios, entre outros, para o confronto contra a dominação capitalista e em defesa de uma sociedade alternativa, a sociedade socialista.

Ao final da campanha eleitoral, a candidata do Partido dos Trabalhadores, em um 2º turno acirradíssimo contra Aécio Neves (PSDB), foi reeleita para um segundo mandato, com uma diferença de um pouco mais de 3,5 milhões de votos (51,64% x 48,36%). As candidaturas menores, da esquerda, quantitativamente, angariaram quase 2 milhões de votos, com destaque para Luciana Genro (PSOL), que obteve 1,6 milhões de votos (1,55% dos votos válidos/4ª colocação). José Maria de Almeida (PSTU), foi o 8º colocado, obtendo 91.209 votos (0,09% dos votos válidos); Mauro Iasi (PCB), que finalizou o pleito na 10ª colocação, com 47.845 votos (0,05% dos votos válidos); e Rui Costa Pimenta (PCO), que mesmo com quase a totalidade da campanha eleitoral em viés de impugnação da chapa, obteve 12.324 (0,01% dos votos válidos).

Dilma Rousseff (PT) começa o seu governo, em 2015, sob o prisma da desconfiança em um ambiente polarizado, tanto da classe política que garante a governabilidade parlamentar, quanto dos movimentos sociais, que ainda reverberam a agenda das Jornadas de Junho/2013. Brás (2017), analisa o início do 4º mandato petista como uma “era já em crise”, efeitos estes construídos conscientemente pela classe dominante, que perpassavam desde problemas na coalizão no Congresso Nacional, e sofrendo a sangria das investigações da Polícia Federal na “Operação Lava-Jato”, os reveses no Supremo Tribunal Federal (STF) e a cristalização ideológica da mídia burguesa.

Com a crise econômica a passos largos, a governabilidade da coalizão cada vez mais fragilizada, o avanço das investigações da Operação Lava-Jato atingindo o “núcleo-duro” do Governo, a insatisfação era quase generalizada aos arredores de Brasília, que a possibilidade de abortar o

⁴ Ver mais em **Entrevista com Mauro Iasi**. Disponível em <<<https://www.revistaovies.com/2014/10/02/eleicoes-2014-entrevista-com-mauro-iasi-pcb/>>>. Acesso em 27 Jan. 2024.

mandato de Dilma Rousseff era real. Até que em 2 de dezembro de 2015, o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB), acatou um pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, para abertura de um processo de crime de responsabilidade da presidência da República. Era o caminho para o Impeachment. Sua justificação: crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso⁵. Foram 273 dias de um percurso institucional, que se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma Rousseff.

O processo de impedimento do mandato petista que pôs fim a 13 anos seguidos de administração da máquina federal, foi contexto de debates, elaborações políticas e diferentes perspectivas de análises, conjunturas e ações no campo da esquerda. A tese de que houve um "Golpe" se tornou quase que unanimidade entre partidos, movimentos sociais, intelectuais e na academia. Lowy (2016) analisa o processo de Impeachment como "Golpe Parlamentar e/ou Institucional", e até mesmo um "Golpe de Estado", que trazia em si um movimento de reorganização da classe política para garantir a sua autossalvação, mediante a repercussão das investigações, acusações e julgamentos dos atos de corrupção, que tinham em alvos principais o PT e seus aliados, e citam determinantes econômicos, políticos e sobredeterminações jurídica para tal definição.

Michael Lowy avalia o impedimento da presidente Dilma Rousseff como um movimento das classes dominantes e do capital financeiro na América Latina, pois o mesmo método foi utilizado em deposições presidenciais em Honduras e no Paraguai. O autor denomina esse processo no Brasil como um Golpe de Estado pseudolegal, "constitucional", "institucional" e parlamentar, articulada por uma aliança de partidos de direita a partir da bancada de parlamentares chamada de "BBB": da "Bala" (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e à milícias privadas), do "Boi" (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da "Bíblia" (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos. Era um movimento, segundo o autor, da classe política fisiológica, puxado por deputados e senadores que estavam envolvidos em casos de corrupção, e como forma de "desviar" as atenções

⁵ "A acusação argumentou que os decretos autorizaram suplementação do orçamento em mais de R\$ 95 bilhões e contribuíram para o descumprimento da meta fiscal de 2015. Disseram que o governo sabia da irregularidade porque já havia pedido revisão da meta quando editou os decretos e que o Legislativo não tinha sido consultado, como deveria ter sido feito antes da nova meta ser aprovada. Em relação às pedaladas, a acusação disse que não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o acúmulo dos débitos serviu para fabricar superávit fiscal que não existia e para criar uma situação positiva das contas públicas que não era verdadeira. O objetivo das "pedaladas", como afirmaram, teria sido, portanto, esconder a real situação fiscal do país". Ver mais em "Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil". Disponível em <<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>>. Acesso 25 Jan. 2024

das investigações que estavam sofrendo pela Polícia Federal e o Ministério Público, atribuíram as irregularidades contábeis (“pedaladas fiscais”) para cobrir déficits nas contas públicas à presidente, que já estava com sua popularidade em frangalhos desde o período pré-impeachment. Dilma Rousseff perdeu o cargo, mas manteve seus direitos políticos, enquanto que a direção da celeuma “golpista”, o deputado federal Eduardo Cunha (MDB – RJ), foi obrigado a renunciar, investigado e preso por corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal, etc.

Nesse sentido, quase todos os partidos políticos, organizações de esquerda e movimentos sociais realinharam as ações políticas em torno de, inicialmente, defender o mandato petista, e posteriormente, na tentativa de desgaste e derrubada do novo “Governo Temer (2016-2018)”. PT, PC do B, PCB, PCO, a direção majoritária do PSOL, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Intersindical, Central do Trabalhador e Trabalhadora Brasileira (CTB), União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFRO), intelectuais, artistas, entre outros, fundaram a “Frente Povo sem Medo”, norteando-se por três eixos: “(...) Enfrentamento às políticas de austeridade, enfrentamento ao conservadorismo e saídas para a crise com reformas populares e taxação dos ricos”⁶

Em contrapartida, intelectuais, artistas, alguns movimentos sociais e Partidos Políticos, como o PSTU e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST – UIT)⁷, advogam que o Impeachment de Dilma Rousseff é parte do funcionamento da Democracia de classes da burguesia e seus agentes políticos, e expressa de forma distorcida a luta de classes, e não representa e não reflete a agenda da classe que vive do trabalho.

Biondi (2021) reconhece o forte elo entre a consumação do impedimento da presidente petista e o impacto da Operação Lava-Jato. No palavrório lavajatista, o fim dos governos do PT era um evento de “libertação nacional”, o “fim do julgo do partido que seria o maior corrupto da vida política brasileira”. No entanto, contesta as conclusões de Michael Lowy, de que houve um “Golpe”, seja lá de

⁶ Ver mais em “**Frente Povo Sem Medo engrossa luta contra o retrocesso**”. Disponível em <<<https://www.cut.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-engrossa-luta-contra-o-retrocesso-8b8f>>>. Acesso 27 de Jan. 2024.

⁷ A **Corrente Socialista dos Trabalhadores – Unidade Internacional dos Trabalhadores (CST – UIT)** foi uma das tendências fundadoras do *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL), em 2004, e após polêmicas e desacordos com a direção majoritária deste partido, rompem com a organização, devido a participação orgânica como base parlamentar no Governo Lula 3 (2022 – 2025), com a composição em ministérios e cargos de 1º e 2º escalões, e a consequente perda de sua independência política e de classe. “*Neste cenário estrutural – integração ao governo central, órgão da dominação de classe da burguesia – não há mais uma real luta interna. O PSOL selou, de forma irreversível, seu destino ao ingressar e apoiar o governo capitalista de Lula/Alckmin. Cristaliza-se na institucionalização, sem eixo na luta de classes, como partido dos gabinetes e assessorias. O PSOL está amarrado à lógica parlamentar, ao peso do monumental e milionário fundo partidário e a cabos eleitorais pagos. Nós sabemos que o atual PSOL seguirá elegendo mandatos, mas jamais voltará a cumprir o papel que cumpriu em sua fundação como uma ferramenta da esquerda independente*”. (**Por que a CST rompe com o PSOL?** In <<<https://www.cstuit.com/home/2023/06/05/por-que-a-cst-rompe-com-o-psol/>>>). Acesso 28 Jan. 2024.

qual tipo ele transparece (“Institucional”, “Parlamentar”, “de Estado”, etc), que tenha vilipendiado a democracia liberal e o Estado Democrático de Direito. A interrupção do mandato petista, em 2016, deve ser tratado como um determinante final da dinâmica e contradições da luta de classes, e não o ponto de partida para defesa de dogmas como “houve rupturas institucionais”, ou então “um golpe na presidente eleita democraticamente”.

O golpismo, segue Pablo Biondi, é um termo aberto a adjetivações, mas o método marxista de análise do Estado e da democracia burguesa prescinde de uma análise do real, dos cenários econômicos, políticos e sociais, e não centralmente a imputação jurídica dos governante. A tese de Lowy, de que o impeachment era uma “aberração jurídica”, simplesmente por ser um ritual de corruptos julgando casos de corrupção, e por não ter precedente por que “pedaladas fiscais” sempre foram atos de governos passados, não passa de um proselitismo ético, como se houvesse julgamento de um governo burguês “honesto”, por um “bando de desonestos”. A compreensão da conjuntura da luta de classes não abarca a totalidade e nem suas particulares apenas pelo viés de pareceres jurídicos, e nem espera que os agentes políticos se comportem como cidadãos movidos pela obediência à estrita legalidade da democracia liberal. Essa interpretação, inclusive, foi tomado como cartilha pela grande maioria dos partidos de esquerda, que tomaram lado de “um campo progressista” na luta de classes, com a vestimenta de que o polo petista da burguesia e do capital era o posicionamento sensato do proletariado. O mesmo fervor que tinham em “defender a democracia”, se arrefeceu na hora de denunciar a carestia provocada pelo “jeito petista de governar”, de aliança com a fração burguesa do capital nacional, e o caráter reacionário do sistema eleitoral e do poder judiciário.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores – Unidade Internacional dos Trabalhadores (CST – UIT)⁸ estiveram fora do “raio de influência” da maioria dos partidos de esquerda, que atribuíram o impeachment de Dilma Rousseff (PT) à uma “ação golpista”. Consideram que, assim como Pablo Biondi, os determinantes econômicos, políticos e sociais são as ferramentas do método marxista para análise de conjuntura, da correlação de forças entre as classes sociais e a política para a concretude do momento. Fatos como o aumento do número de greves desde 2013, contra a austeridade econômica imposta a vários setores da economia, a crise política desencadeada pelas investigações e prisões da Operação Lava-Jato, o fim das mínimas concessões mantidas pelos governos Lula e por Dilma no início de seu primeiro mandato, num contexto de crescimento econômico, a queda das taxas de lucro do agronegócio com a crise das commodities, a inflação galopante, a queda na criação dos empregos, o avanço das demissões e das taxas de desemprego, minaram a base social do governo, sem contar o “abandono” de uma fração de classe

⁸ Ainda como tendência interna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

que apoiou o governo petista, deveriam expressar uma alternativa independente do proletariado, tanto do Governo quanto da oposição burguesa.

3 A PRISÃO DE LULA (PT) E O ASCENSO DO BOLSONARISMO: NO JOGO DE XADREZ, A EXTREMA-DIREITA DEU “XEQUE-MATE”

Em 2018, já no último ano do Governo de Michel Temer (MDB), houveram drásticas mudanças no tabuleiro do jogo democrático, em vistas as eleições que ocorreriam em outubro do corrente ano. Num cenário em que a gestão emedebista, tendo já reposicionado os interesses do capital financeiro e a hegemonia da burguesia ultraneoliberal no país, aplicando os planos de austeridade fiscal e social, para recompor as taxas de lucro e manter o superávit primário para ampliar o pagamento das dívidas externas e interna, foi impactado por um fato que iria nortear o pleito eleitoral que se avizinhava: a prisão do ex-presidente e virtual candidato à presidência Luís Inácio Lula da Silva (PT).

Em 07 de abril de 2018, Lula se entrega à Polícia Federal, depois de um grande ato político que lançava, desde já, a campanha “Lula Livre”, no entorno de seu berço político, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – SP. A sentença condenatória foi definida pelo Tribunal Regional Federal da 4^a Região (TRF-4), de 12 anos e 1 mês de prisão, com início em regime fechado, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. (...) Lula é acusado de receber o tríplex no litoral de SP como propina dissimulada da construtora OAS para favorecer a empresa em contratos com a Petrobras”⁹.

Sem entrar no mérito do conteúdo jurídico da decisão, o intuito será analisar o impacto deste fato político para os partidos de esquerda no pleito eleitoral de 2018, e quais as táticas utilizadas por eles a partir da retirada do ex-presidente do tabuleiro de xadrez da política no Brasil.

Em uma nota pública unificada e assinada por PT, PDT, PC do B e PSOL, os partidos afirmam que o ex-presidente petista foi vítima de perseguição política, e “(...) representa agressão à democracia brasileira e aos tratados internacionais de direitos humanos, os quais consagram, como fundamentos dos regimes democráticos, os princípios da soberania popular, da presunção da inocência e do devido processo legal”¹⁰. Ainda segundo o comunicado, mesmo que o poder judiciário tenha faltado com o rito processual do Estado Democrático de Direito, há uma demonstração de clara confiança nas instituições da democracia burguesa em reverter o caso, pois a resposta para a injusta cassação

⁹ Ver mais em “**Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro**”, disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>>. Acesso 30 Jan. 2024.

¹⁰ Ver mais em “**Partidos de esquerda divulgam nota de repúdio à prisão de Lula**”. Disponível em <<https://pt.org.br/partidos-de-esquerda-divulgam-nota-de-repudio-a-prisao-de-lula/>>. Acesso em 30 Jan. 2024.

(segundo afirma a nota), do até então “líder nas pesquisas de intenção de votos”, é se ater e respeitar a democracia.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) lançou uma nota em seu website¹¹ e foi na mesma linha retórica do PT, PC do B, PSOL e PDT. Inicia repudiando a prisão do ex-presidente Lula, e acusou o poder judiciário de fazer um julgamento cheio de vícios, com manipulações e seletividade durante todo o processo, que teve o aval ideológico e proeminente dos grandes meios de comunicação, principalmente da Rede Globo, com o objetivo de retirá-lo da disputa eleitoral.

Ainda segundo a nota, essa seletividade fica demonstrada “(..) pelo fato de que os principais corruptos, tanto no Executivo quanto no Legislativo, mesmo com vastas provas, continuam soltos e gozando de liberdade¹²”. O texto termina com o PCB chamando uma unidade de todas as forças democráticas, progressistas e revolucionárias, e resistirem contra o esvaziamento das liberdades democráticas, “(...) participar ativamente do enfrentamento, em conjunto com as organizações e movimentos populares, à escalada fascizizante, ao avanço do conservadorismo e aos ataques contra a classe trabalhadora”¹³.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) lançou uma nota em seu website¹⁴, e ressaltou o caráter da prisão de Lula, seu significado político e as consequências da ação do poder judiciário com relação a classe que vive do trabalho. Inicialmente, o informe afirma que a condenação do ex-presidente apenas em 1 (um) de seus 9 (nove) indiciamentos em andamento, é parte de sua escolha e do PT em sua estratégia de dirigir o Estado burguês brasileiro, e ao fazer coalisões com políticos (Sarney, Barbalho, Calheiros, Temer, Maluf, Collor, entre outros), que nada tem a ver com os trabalhadores e as classes populares do país, e se afundou em suas mesmas arapucas da corrupção.

Diferentemente da nota divulgada pelo próprio PT, PSOL, PC do B, PDT e PCB, não se trata de um aprofundamento do chamado “golpe”, ou de “um ataque a democracia”, ou uma “afronta ao Estado de Direito” ou “a justiça que está sendo seletiva”, e que culminou com o impedimento de Dilma Rousseff (PT) e agora a prisão do dirigente petista. A Justiça e o seu Estado de Direito são seletivos quando encarceram “(...) 290 mil pessoas presas – na sua ampla maioria negros e pobres – sem que nunca tenham tido direito a qualquer julgamento, nem em segunda nem em primeira instância”¹⁵. Mas como o poder judiciário é um instrumento de hegemonia da classe dominante, não se vai afundo apenas

¹¹ Ver mais em “PCB repudia a prisão do ex-presidente LULA”. Disponível em <<<https://pcb.org.br/portal2/19284>>>. Acesso 01 Fev. 2024.

¹² Idem 11.

¹³ Ibidem 12.

¹⁴ Ver mais em “NOTA DO PSTU: STF nega habeas corpus e prisão de Lula é decretada”. Disponível em <<<https://www.pstu.org.br/stf-nega-habeas-corpus-e-prisao-de-lula-e-decretada/>>>. Acesso em 30 Jan. 2024.

¹⁵ Idem 14.

na prisão de corruptos. É necessário também a prisão dos corruptores, das empresas e políticos financiadores, além da expropriação dos bens acumulados a partir da corrupção, de todos os envolvidos e indiciados. “A Justiça é seletiva sim, mas a saída é exigir a prisão dos demais corruptos, e não a impunidade geral”¹⁶.

A nota conclui com uma pergunta e o apontamento a estratégias diferentes dos partidos de esquerda que estão na “órbita do PT”: “Democracia e presunção de inocência são só para os políticos e empresários?¹⁷”. E faz observações e questionamentos sobre o poder judiciário, que não deve ter a confiança do proletariado, pois como um poder instituído das classes dominantes burguesas, num país de salários miseráveis e com juízes ganhando 40, 50 vezes mais que um trabalhador comum, e que deixa livre e impunemente figuras como Jair Bolsonaro, que explicitamente louva os 21 anos de Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e é a favor da retirada das liberdades democráticas, deve “acobertar” toda forma de exploração e opressão sempre com uma justificativa do Direito e/ou normativa. E, quem pode construir um outro judiciário, “(...) para acabar com toda impunidade e injustiça, derrotar todo autoritarismo contra o povo trabalhador e, inclusive, defender as liberdades democráticas que possam ser ameaçadas, é a mobilização dos trabalhadores”¹⁸, e o erguimento de uma sociedade socialista.

Os partidos de esquerda que estavam sobre a “rota de influência”, do Partido dos Trabalhadores (PT) e sua principal figura pública, Luís Inácio Lula da Silva, agora no cárcere, encarariam um contexto em que seu principal candidato estaria “fora de combate”, situação ratificada na decisão de 01 de setembro de 2018, pelo Plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que indeferiu, por maioria de votos (6 a 1), o registro de candidatura do ex-presidente para disputar as eleições à Presidência da República em outubro, que declarou a sua inelegibilidade com base na Lei da Ficha Limpa¹⁹.

¹⁶ *Ibidem* 15.

¹⁷ *Ibid* 16.

¹⁸ *Ibid* 17.

¹⁹ Em 01 de setembro de 2018, seguindo o voto do relator do Ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, o registro da candidatura de Lula foi declarada inelegível, como consequência de questionamentos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por impugnações, notícias de inelegibilidade e ações de impugnação de mandato, num total de 17 processos. As demandas foram apresentadas pelo Ministério Público Eleitoral (MPE), por candidatos e partidos adversários, entidades e até eleitores. Todas essas contestações continham, essencialmente, o mesmo fundamento: Lula é inelegível em razão da incidência do artigo 1º, inciso I, alínea ‘e’, itens 1 e 6, da Lei Complementar nº 64/90 (com a redação dada pela Lei Complementar nº 135/2010, a Lei da Ficha Limpa), que dispõe que são inelegíveis aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público (item 1) e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores. Ver mais em “**TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República**”. Disponível em <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica#:~:text=O%20relator%20entretanto%20considerou%20necess%C3%A1rio,todos%20os%20recursos%20se%20esgotassem>>. Acesso 30 Jan. 2024.

Nicolau (2020) verificou que, na esteira da campanha eleitoral, foi se fortalecendo a candidatura de um deputado federal carreirista, que teve sua atividade parlamentar, por duas décadas (1990-2010) discreta, tendo aprovado apenas um projeto de lei, sem presidir uma comissão ou sendo líder de partido ou bancada: Jair Bolsonaro. Se não fossem seus vários discursos espalhafatosos, seria mais um deputado a ser desapercebido no cenário nacional. Mesmo sem ser campeão de votos em todos os processos eleitorais (com uma média de 100 mil votos por pleito eleitoral), priorizava a pauta da defesa dos interesses das corporações militares. Mas a partir da legislatura de 2011, Bolsonaro diversifica suas bravatas para abordar temas comportamentais na Câmara dos Deputados e nos meios de comunicação. Agora ele passa a centrar no que chama de “defesa da família tradicional”, que ao seu ver, era constantemente “(...) ameaçada pelo casamento gay, pelo material escolar do governo do PT ‘que incentiva as crianças a serem homossexuais’ e até pela ‘lei menino Bernardo’, que pune castigos físicos e maus-tratos contra crianças, a qual para Bolsonaro, tiraria a autonomia dos pais”. (IDEM: 76). Era uma exposição consciente, tendo em vistas um eleitorado que a cada eleição estava se multiplicando, responsável pela votação que compôs uma bancada no parlamento: os evangélicos e conservadores. No âmbito histórico e político, 2 (dois) eventos tiveram repercussão nos rumos da disputa. Cronologicamente, o primeiro, é o que o autor chama de “fora da curva”, mas aconteceu. O candidato Jair Bolsonaro (PSL) sofreu um atentado em Juiz de Fora – MG, conhecido como “a facada”, em 06 de setembro. O candidato passou quase o 1º turno todo convalescendo em um quarto de hospital, para depois seguir em sua casa. Nunca um candidato a presidente haveria sofrido tal ato de tamanha magnitude. E o segundo foi a alteração da composição de uma chapa em plena campanha, por motivos judiciais. Como dito anteriormente, o Partido dos Trabalhadores (PT) inscreveu a Coligação “O Povo Feliz de novo”, composto por PT, PC do B e PROS, encabeçada por Lula e o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT). Com o indeferimento do ex-presidente pela Lei da Ficha Limpa, no dia 11 de setembro, 10 dias depois da decisão de “impedimento” traçada pelo TSE, Haddad passa a ser o “cabeça de chapa”, sendo a gaúcha Manuela D’Ávila (PC do B) como sua vice.

Retomando o trabalho de Nicolau (2020), o candidato do PT, ao ser oficializado o substituto de Lula, obteve uma ascensão meteórica nas pesquisas de opinião. Ele partiu de 5% para a faixa de 20% das preferências, segundo as pesquisas DATAFOLHA e IBOPE, se tornando um dos concorrentes mais fortes de ir para o segundo turno. Essa transferência de votos de Lula empolgou a direção do PT, que criava expectativas de uma virada ainda na 1ª etapa das eleições. Era “quase uma reviravolta”, pois com Lula no páreo, o ex-presidente sempre esteve à frente das pesquisas com uma margem de 30 a 35% da preferência dos eleitores. Com a entrada de Haddad no páreo, Jair Bolsonaro passa a frente no decorrer da campanha. Ele começa com uma margem de 20% das intenções, passa a ter mais de 30%

na segunda metade de setembro, rompendo a barreira dos 40% ao final do mês. Havia a possibilidade, entre os coordenadores da campanha do PSL da possibilidade de vitória em 1º turno, o que não ocorreu. No “primeiro round” das eleições, Jair Bolsonaro saiu vencedor, tendo 42% dos votos totais (o equivalente a 46% dos votos válidos), enquanto que Haddad teve 27% dos votos totais (29% dos votos válidos).

No primeiro turno do processo eleitoral, os partidos de esquerda analisados até aqui, que se encontravam fora do espaço da máquina estatal (PSOL, PCB e PSTU) e com inserção nos movimentos sociais, sindicais, populares, juventude e do campo, inscreveram candidaturas com diferentes perspectivas, ainda que fossem coadjuvantes, em um cenário polarizado entre a volta do petismo, na figura de Fernando Haddad (PT), e a alternativa conservadora antipetista, que se apresentava como “antissistema, temente a Deus e patriótica”, na figura de Jair Bolsonaro (PSL).

O PSOL e o PCB selaram uma aliança eleitoral no dia 21 de julho, em que Guilherme Boulos (Coordenador Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem- Teto/MTST) foi escolhido o candidato ao executivo brasileiro, tendo Sônia Guajajara (Coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB) como vice. A chapa “Vamos sem medo de mudar o Brasil” também recebeu o apoio de movimentos sociais, como o próprio MTST, a APIB, além do grupo “Mídia Ninja” e a Intersindical.

Na plataforma política lançada no website do Tribunal Superior Eleitoral, a chapa PSOL – PCB se apresenta como uma alternativa “(...) de nação soberana, democrática, igualitária, revertendo o caos atual de aprofundamento das desigualdades sociais, do medo e da desesperança”²⁰ . Havia uma perspectiva antissistêmica, de enfrentamento ao status quo da classe dominante do país, que historicamente, construiu seus privilégios econômicos, sociais e políticos em detrimento da desigualdade social crônica e do empobrecimento da classe trabalhadora brasileira. Acrescenta ainda que o programa político da esquerda socialista deve ter como perspectivas centrais o arrebatamento ao capital financeiro, ao agronegócio, aos monopólios (inclusive dos grandes meios de comunicação), à dependência comercial, econômica e tecnológica, e que combata o conservadorismo e toda forma de agressão do Estado capitalista. Segundo a proposta, a fundamentação da plataforma da chapa deve ser transversal, e ter como eixos o meio ambiente, fazendo um balanço dos modelos predatórios de recursos naturais, florestas e comunidades tradicionais, assim como as demandas do mundo do trabalho, da segurança social, da política de geração de empregos para a juventude e “(...) a centralidade na luta contra a desigualdade e por direitos, nas demandas de mulheres, negros e negras,

²⁰ Ver mais em “Programa da Coligação “VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL” – Guilherme Boulos e Sônia Guajajara. Ver mais em <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta_1533565462424.pdf>. Acesso 01 Fev. 2024.

LGBTI, pessoas com deficiência, indígenas e num outro modelo de desenvolvimento consistente e coerente com esta natureza programática”²¹.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) oficializou a operária Vera Lúcia como “cabeça de chapa” à presidência da República, tendo o ativista do Movimento Negro “Raça e Classe” Hertz Dias, ambos filiados ao partido. Em entrevista aos jornalistas Lucas Arraz e Ailma Teixeira, do website “Bahianoticias”, a candidata pretende fazer da sua campanha durante as eleições gerais como “um chamado a rebelião”, e que estende a sua candidatura a classe que vive do trabalho, tendo como eixos centrais “(...) a expropriação de empresas e latifúndios, assim como a entrega da tutela dessas propriedades aos trabalhadores, como parte das medidas que adotará para combater a concentração de renda no Brasil, caso seja eleita”²².

Tentando se consolidar como uma alternativa no espectro à esquerda, a candidata do PSTU afirma que, em meio ao contexto de mais uma crise econômica e política, do aprofundamento da desigualdade social, do desemprego e da carestia, a sua candidatura tem por objetivo aglutinar a luta da classe trabalhadora, debater a necessidade de uma revolução socialista e um país socialista, e apresentar um programa revolucionário e que represente o proletariado.

Já no segundo das eleições gerais de 2018, era consenso entre os marqueteiros petistas que Fernando Haddad deveria adotar uma nova estratégia neste segundo turno, mais voltada ao centro e distante do ex-presidente Lula. O candidato do PT, para atrair os eleitores indecisos e dos candidatos mais ao centro, tirou o termo Assembleia Constituinte, uma das polêmicas do primeiro turno, e eliminou menções à desriminalização das drogas e à reforma ou desmilitarização da polícia. Tratou logo de fazer acenos ao mercado, como manter a autonomia do Banco Central e ao agronegócio, e ainda alijou a ideia de mandato fixo para tribunais superiores. Essa é mais uma peça na busca de votos para tentar derrotar o adversário Jair Bolsonaro (PSL)²³.

Para Jairo Nicolau, a campanha do candidato do PT não emplacava, e isso se deu na demora ou na negativa de apoios nos setores democráticos. Ele recebeu apoio crítico do PDT, sendo que o candidato do partido Ciro Gomes preferiu nem declarar voto, viajando inclusive para Paris na campanha do 2º turno. Fernando Henrique Cardoso e outras lideranças nacionais do PSDB não se manifestaram, ou declararam abertamente o voto em Jair Bolsonaro, como os governadores eleitos João Dória e Eduardo Leite, por São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente. Marina Silva deu

²¹ Idem 20.

²² Entrevista “Contra 'teoria do empoderamento', candidata do PSTU à Presidência defende revolução socialista no país”. Ver mais em << [>>](https://www.bahianoticias.com.br/entrevista/584-contra-teoria-do-empoderamento-candidata-do-pstu-a-presidencia-defende-revolucao-socialista-no-pais-30072018). Acesso 30 Jan. 2024.

²³ Idem 22.

seu apoio somente 15 dias depois da votação do 1º turno. O PSOL manifestou o voto em Haddad e inclusive se juntou à campanha com o candidato Guilherme Boulos, o mesmo caminho tomou o PCB. Já o PSTU declarou voto crítico no PT, defendendo a preservação das liberdades democráticos, que corriam o risco de serem dissipadas num possível governo Bolsonaro. Registre-se ainda que circulavam nos bastidores da campanha de Haddad que nem a direção petista acreditava na virada, e torcia para que a derrota, pelo menos não fosse humilhante. (NICOLAU, 2020).

O autor ressalta ainda que houve a tentativa de dar um “último suspiro” em uma campanha de “vira voto”, cultivado nas redes sociais, e do “Ele Não”, por movimentos ligados as causas de gênero e LGBTQIA+, com diversas atividades de rua em diferentes cidades do país. Ao final da campanha, mesmo tendo Fernando Haddad tendo crescido mais que Bolsonaro, o candidato do PSL triunfou. O candidato petista passou de 27% para 41% dos votos totais, enquanto que Jair Bolsonaro foi de 42% para 50%. Em votos válidos, a vitória do ex-deputado foi de 55% a 45%. (IDEM, 2020).

4 A GUIA DE CONCLUSÃO: DIANTE DO AVANÇO DO BOLSONARISMO, É URGENTE RESGATAR A NECESSIDADE DA INDEPENDENCIA DE CLASSES

As eleições gerais de 2018 foram um marco, na perspectiva institucional. Caracterizou-se por ser disruptiva (ABRANCHES, 2019; CORBELLINI e MOURA, 2019), pois encerrou um ciclo político que organizava o presidencialismo de coalizão brasileiro dos últimos vinte e cinco anos, movidos por uma disputa polarizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), realinhando a força dos partidos políticos em uma troca abrupta no poder governamental – no caso, da esquerda tradicional e parlamentar para a direita ultraconservadora.

A instabilidade atual na luta de classes brasileira, aprofundada pelo impeachment de Dilma Rousseff, e materializado de forma “caricata” nas eleições de 2018, resultou na aplicação de uma agenda ultraneoliberal, que garanta a soberania do agronegócio e da exploração de minérios, “(...) às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas”, da “(...) centralidade recém-assumida da contrarreforma da Previdência, (...) colocando para andar o projeto do “Brasil, paraíso do capital fictício e da superexploração do trabalho sem direitos” (SANTOS, 2019).

Demier (2018) avalia o novo período aberto com a eleição de Bolsonaro, como um produto do avanço do autoritarismo e do conservadorismo, e como uma espécie de semibonapartismo reacionário, no qual vislumbra-se uma relativa autonomização do aparelho governamental em relação as próprias classes dominantes, preenchendo cargos estratégicos do alto escalão por militares e atores togados (como no caso do ex-juiz Sérgio Moro), assim como, por uma agenda econômica ultraneoliberal,

localizado entre as diretrizes democráticas e a emergência de um regime político neofascista, mas atuando dentro dos marcos da democracia liberal-blindada.

Ao retornarmos Antunes (2022), fazendo um resgate histórico desses quase quatro anos de governo de ultradireita, o autor aponta que Jair Bolsonaro não foi a melhor opção das classes dominantes desse país e do capital internacional, mas sua candidatura se mostrou viável ao combinar a autocracia militarizada com uma política ultraneoliberal na economia. A perfeita combinação de “Defesa do Sistema Financeiro”.

Ainda segundo Ricardo Antunes, tempos mais obscuros ainda pairam sobre o Brasil, como reflexo da crise estrutural do capital. Afirmando que o Governo Bolsonaro foi “(...) a maior tragédia econômica, social e política do país em todo o período republicano”. (ANTUNES, 2022: 76). É o contexto em que as classes dominantes brasileira perderam qualquer resquício de apego à engenharia democrática; assumiu abertamente sua face colonialista, escravista, entreguista e autoritária; aprofundou o desmonte da legislação social protetora do trabalho; arruinou a política de segurança social, com a reforma da Previdência Pública em 2019, pelo qual os assalariados mais pobres foram excluídos de uma efetiva previdência pública, restando-lhe, no máximo, migalhas assistencialistas; adiciona-se nesse pacote a tentativa de destruição dos organismos de classe, da Justiça do Trabalho e da predominância do “acordado” sobre o “Legislado”; a sistemática destruição da natureza, com a liberação recorde de agrotóxicos e defensivos agrícolas, além da devastação da Amazônia pelo trabalho irregular e danoso do garimpo, da extração de minérios, da madeira, do agronegócio, das queimadas, etc; somando-se a isso, a decomposição econômica e social, com o aprofundamento da miséria (33 milhões abaixo da linha da pobreza) e quase 15 milhões de desempregados. (IBIDEM, 76-77).

Mascaro (2020: 4) contextualiza o momento político brasileiro vigente à pandemia de Covid-19, em 2020, que assolou o mundo e transpôs as múltiplas contradições do Capitalismo, aprofundando uma crise eminentemente social e histórica. Para o autor, a sistemática deterioração da relação humana com a natureza, que o condicionou de forma espúria a escolher entre “a economia pela saúde, e vice-versa”, corresponde a uma parcela pequena dos problemas presentes diante do ônus humano que o coronavírus provocou. “O flagelo do desemprego, as habitações precárias para suportar quarentenas, as contaminações em transportes públicos lotados e a fragilidade do sistema de saúde são, exata e necessariamente, condições históricas de um modo de produção específico, o capitalismo”.

Ainda segundo Alysson Mascaro, o Brasil expressou um posicionamento ambíguo e, até mesmo autodestruidor diante da catástrofe sanitária e social. Jair Bolsonaro, mesmo que seu negacionismo destoe da funcionalidade da reprodução social, se apresentando como “anti-sistema”, ele e seu governo de extrema direita são responsáveis pela manutenção da hegemonia burguesa, do

capital e dos agentes do Estado, sempre pressionando a institucionalidade a ceder as suas pressões autoritárias, e tendo como tática política a produção e replicação de fakenews “(...) em oposição à própria realidade sobre a qual governam, diminuindo custos políticos e responsabilidades que lhe sejam próprias, valendo-se dos seus públicos cativos de extrema-direita e de discursos e pensamentos anticientíficos”. (IBIDEM, 8).

Por todo esse cenário, ainda há alternativa programática e independente, oriundo das demandas da classe trabalhadora? Qual o programa a ser à apresentado, pela Esquerda socialista, à classe que vive do trabalho? As alianças que o, à época candidato, Luís Inácio Lula da Silva (PT), articulou em 2022 (a chamada “Frente Ampla”), seriam as mais consequentes para derrotar a extrema direita nas ruas e nas urnas? A reedição do chamado “pacto social”, da conciliação de classes, encampada na disputa eleitoral há 20 anos, inclusive, aglutinando adversários históricos e taxados de “golpistas”, como Geraldo Alckmin, Renan Calheiros, Gilberto Kassab, Rodrigo Maia, Tasso Jereissati, Jader Barbalho, entre outros baluartes do falacioso “golpe parlamentar” de 2016, teriam condições de apresentar uma agenda que atribuísse direitos e o avanço da consciência da classe que vive do trabalho?

Engels, no Prefácio de *A luta de classes na França de 1848 a 1850*, já apontava as armadilhas da democracia burguesa ao movimento operário e suas organizações. É de extrema importância a luta por conquista de direitos democráticos transitórios (como o sufrágio universal e de livre organização), mas estipular o cunho de síntese da “plenitude política da classe trabalhadora” não deve ser estratégico, pois a engenharia institucional burguesa é “campo do inimigo” de classe, sendo sua sobrevivência inversamente proporcional a capacidade de mobilização do proletariado.

Prosseguindo com Engels, o movimento proletário pode, e deve, ter as suas organizações participando nos processos políticos legais, se apoiando nos trabalhadores, como na Espanha, Alemanha e França. Entretanto, as experiências da luta de classes nos ensinam 3 (três) lições: 1 – é preciso transformar o processo eleitoral e o acesso à tribuna parlamentar como uma ferramenta de denúncia da fraude classista (acordos espúrios, usurpação e destruição dos poucos direitos instituídos, etc.) que é a democracia burguesa; 2 – A necessidade de usá-lo como instrumento de propaganda poderoso, para alcançar e conquistar a consciência da classe trabalhadora para o programa revolucionário e socialista; 3 – Assegurar que o jogo parlamentar é apenas tático, e não estratégico, pois as burguesias tentam assegurar, a partir da repressão de suas forças armadas, qualquer desproporção das conquistas dos trabalhadores na luta de classes²⁴.

²⁴ ENGELS, Friedrich. Prefácio In Marx, Karl. *As Lutas de Classes na França – De 1848 a 1850*. Tradução: Nélio Scheneider. 1. Ed. São Paulo – SP: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

Mézsaros (2010: 157-165), reforça o caráter contemporâneo das análises de Engels, e afirma que, entre crises e contradições, o Estado do sistema do capital, é um constituinte material regulador e contingenciador da reprodução sociometabólica, sendo assim, admite momentos de “mais democracia” e “menos democracia”. A democracia constitucional é uma engenharia de classe e representa a multiplicidade dos interesses dos capitalistas, sob um comando político global, perpassando por períodos de concessões ao trabalho, através de medidas sociais e protetivas, até em períodos que coloca em xeque a própria existência da humanidade para permanecer no comando da reprodução social, minando as instituições com o ativo envolvimento em medidas autoritárias e legislativas, bem como provocando guerras insanas e sanguinárias, de invasão de territórios, para manter um patamar sustentável de acumulação de capital.

Nesse sentido, o autor reforça a importância do resgate da categoria Estado e a análise marxiana de sua constituição histórica, partindo do pressuposto de que é um equívoco pensar na dualidade Sociedade Civil x Estado Político, posto que a estrutura parlamentar é um mero assunto formal/legal, de legitimação política, “(...) uma vez que o capital detém realmente o controle de todos os aspectos vitais do metabolismo social (...) e da reprodução socioeconômica do capital, “(...) ainda que se suponha (...) a ‘igualdade democrática’ de todas as forças políticas que participam do processo legislativo”. (MEZSAROS, 2010: 36).

Empenhar algumas ortodoxias marxianas se faz de extrema urgência, para que se possa ganhar a consciência da classe que vive do trabalho, e unificar suas necessidades imediatas, a viabilidade do Socialismo e derrotar a ultradireita. Mézsaros (2011) e Antunes (2022) resgatam um princípio fundamental para a solidificação da esquerda socialista, que anda esquecido na prática política: a independência de classes. A rejeição a qualquer tipo de conciliação, acordos com as classes dominantes, não é uma questão de sectarismo e “purismo ético, ideológico e noético”, e sim de princípio ontológico, histórico e dialético. As forças econômicas do capital e as forças sociais do trabalho são inconciliáveis. Vide o desastre stalinista com a política de “Frente Populares” que permeiam os Partidos Comunistas até o presente momento, e que, arruinou o projeto alternativo de sociometabolismo que a Revolução Russa de Outubro de 1917 inaugurou.

Portanto, na medida em que é preciso comungar fatores quantitativos e qualitativos, para contrapor de forma extraparlamentar, a elaboração de ações flexíveis que possam mediar as diferentes demandas da classe trabalhadora, ancoradas nas suas lutas e resistências a partir de seus sindicatos, partidos de classe e movimentos populares, em uma agenda que inclui pleno emprego; educação; saúde; o combate: ao machismo, a misoginia, o racismo, a LGBTQIA+fobia; o reconhecimento das culturas originárias e a proteção ao meio-ambiente, não como “produto de troca” para acordos, e sim

pontos programáticos radicais, para avançar a consciência da classe trabalhadora e sua tarefa como sujeito social e político, debatendo a necessidade da superação da divisão social do trabalho e na construção de uma alternativa anticapitalista e sociometabólica emancipatória.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Capitalismo pandêmico. São Paulo: Boitempo, 2022.

BIANCHINI, Lia. Após dois anos do golpe, Temer deixa um Brasil destroçado. *Brasil de Fato*, 28 dez. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/28/apos-dois-anos-do-golpe-temer-deixa-um-brasil-destrocado>. Acesso em: 25 jan. 2024.

BIONDI, Pablo. Operação Lava-Jato e luta de classes: forma jurídica, crise política e democracia liberal. São Paulo: Sunderman, 2021.

BRAS, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BUZETTO, Marcelo. As mobilizações de junho de 2013 e os desafios na construção do poder popular. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 125-139, jul./dez. 2013.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, p. 377-403, ago. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. De FHC a Bolsonaro: elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979-2019). São Paulo: Liber Ars, 2019.

CORBELLINI, Juliano; MOURA, Mauricio. A eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Contra “teoria do empoderamento”, candidata do PSTU à Presidência defende revolução socialista no país. *Bahia Notícias*, 30 jul. 2018. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/entrevista/584-contra-teoria-do-empoderamento-candidata-do-pstu-a-presidencia-defende-revolucao-socialista-no-pais-30072018>. Acesso em: 30 jan. 2024.

DEMIER, Felipe. Rumo a um semibonapartismo reacionário? Alguns poucos parágrafos de conjecturas. In: ARCARY, Valério; BENJAMIN, Cid; DEMIER, Felipe. *O ovo da serpente: a ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França: de 1848 a 1850*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

Entrevista com Mauro Iasi. *Revista O Viés*, 2 out. 2014. Disponível em: <https://www.revistaovies.com/2014/10/02/eleicoes-2014-entrevista-com-mauro-iasi-pcb/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Fora Temer! Fora Todos! Fora Renan, Cunha, Serra, Aécio, Dilma e Lula! CST-UIT, 19 maio 2016. Disponível em: <https://www.cstuit.com/home/2016/05/19/fora-temer-fora-todos-fora-renan-cunha-serra-aecio-dilma-e-lula/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Frente Povo Sem Medo engrossa luta contra o retrocesso. CUT, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/frente-povo-sem-medo-engrossa-luta-contra-o-retrocesso-8b8f>. Acesso em: 27 jan. 2024.

Haddad atualiza plano de governo e retira pontos polêmicos. Gazeta do Povo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/haddad-atualiza-plano-de-governo-e-retira-pontos-polemicos-5l41ovn3e7w6nevqcyup7g14/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Federal, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Leia a transcrição da entrevista de Luciana Genro ao Uol e a Folha. UOL, 24 jun. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/06/24/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-luciana-genro-ao-uol-e-a-folha.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro. G1, [s.d.]. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghhtml>. Acesso em: 30 jan. 2024.

MASCARO, Alysson Leandro. Crise e pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

MESZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MESZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. Tradução de Paulo Cézar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Nota do PSTU: STF nega habeas corpus e prisão de Lula é decretada. PSTU, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/stf-nega-habeas-corpus-e-prisao-de-lula-e-decretada/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

O significado do impeachment de Dilma. PSTU, [s.d.]. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/o-significado-do-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Partidos de esquerda divulgam nota de repúdio à prisão de Lula. PT, [s.d.]. Disponível em: <https://pt.org.br/partidos-de-esquerda-divulgam-nota-de-repudio-a-prisao-de-lula/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PCB repudia a prisão do ex-presidente Lula. PCB, [s.d.]. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/19284>. Acesso em: 1 fev. 2024.

Por quê a CST rompe com o PSOL? CST-UIT, 5 jun. 2023. Disponível em: <https://www.cstuit.com/home/2023/06/05/por-que-a-cst-rompe-com-o-psol/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Programa da Coligação “Vamos Sem Medo de Mudar o Brasil” – Guilherme Boulos e Sonia Guajajara. TSE, [s.d.]. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/prposta_1533565462424.pdf. Acesso em: 1 fev. 2024.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da questão social e desafios para o Serviço Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 136, p. 484-497, 2019.

TSE indefere pedido de registro de candidatura de Lula à Presidência da República. TSE, [s.d.]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tse-indefere-pedido-de-registro-de-candidatura-de-lula-a-presidencia-da-republica>. Acesso em: 30 jan. 2024.

Zé Maria (PSTU) defende salário mínimo a políticos e estatização de bancos. UOL, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/08/01/ze-maria-pstu-defende-salario-minimo-a-politicos-e-estatizacao-de-bancos.htm>. Acesso em: 27 jan. 2024.